



## UM SONHO PREMIADO



ENTREGA DO PRÉMIO CIDADÃO EUROPEU A MANUELA EANES

**PÁG. 2** NOVA LEGISLAÇÃO A FAVOR DA CRIANÇA • **PÁGS. 4/5** REDE CONSTRUIR JUNTOS – SEMINÁRIO ANUAL EM BRAGA • **PÁG. 7** CROWDFUNDING PARA AGENDA IAC 2016

### EDITORIAL

Num mundo individualista, muitos de nós esquecemo-nos de ajudar os outros a construir uma vida digna mais gratificante e socialmente relevante.

Todos nós, por imperativo de consciência, temos de desempenhar um papel válido e atuante na sociedade e na construção do futuro, por outras palavras, todos nós temos responsabilidade social, porque se nada fizermos, nada aparece feito.

Ninguém pode ficar indiferente, aos milhares de seres humanos, homens,

mulheres e crianças, que estão a deixar as suas casas, os seus países e os seus familiares, para fugirem da fome, do medo, da guerra e da pobreza, muitos deles vítimas de redes de tráfico de seres humanos. Urge dar acolhimento, subsistência, acesso a tratamento médico, ajuda psicológica, jurídica, proteção e segurança. Desde a Segunda Guerra Mundial que não se assiste a uma diáspora desta dimensão.

A obrigação de ajudar não se esgota nas fronteiras. Nenhum ser huma-

no, nestas circunstâncias, é ilegal! A todos têm de ser garantidos os Direitos Fundamentais: a vida, a liberdade, a proteção e o trabalho.

É preciso continuar a construir pontes entre o real e o ideal. Fazer discursos de palavras sem ajudar efetivamente é demagógico e pouco digno.

Perante esta grave crise humanitária é sempre bom recordar que:

– O Instituto de Apoio à Criança dispõe do serviço do SOS-Criança Desaparecida que, através do número gratuito 116000,



## EDITORIAL

a funcionar 24/24h e 365 dias/ano, dá apoio às situações de crianças migrantes não acompanhadas. Crianças que foram separadas dos pais e que não estão sob o cuidado de um adulto legalmente responsável para o fazer.

– A Cáritas Portuguesa, o Conselho Português para o Refugiados, a UNICEF, o Instituto Padre António Vieira, o Serviço Jesuíta aos Refugiados e o Instituto de Apoio à Criança, entre outros, criaram a Plataforma de Apoio aos Refugiados, com o objetivo de atuar no acolhimento e integração de crianças refugiadas e das suas famílias em Portugal e no apoio aos refugiados nos seus países de origem.

Citando Martin Luther King Jr, “Quase sempre minorias criativas e dedicadas tornam o mundo melhor”.

MANUEL COUTINHO



BOLETIM DO IAC Nº 117  
JULHO/SETEMBRO 2015

diretor

Clara Castilho

editor

Cláudia Outeiro

coordenadores

Ana Filipe, Ana Lourenço,

Dulce Rocha, Fernando Carvalho,

Manuel Coutinho, Luísa Lobão Moniz,

Paula Paçó

colaboradores

Cáudia Manata,

Dulce Rocha, Marta Rosa,

Vera Abecasis, Ana Lourenço

edição

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-045 Lisboa

Tel. 213617880-Fax 213617889

Endereço Internet

<http://www.iacrianca.pt>

e-mail: [iac-sede@iacrianca.pt](mailto:iac-sede@iacrianca.pt)

[iac-boletim@iacrianca.pt](mailto:iac-boletim@iacrianca.pt)

conceção gráfica e produção

Imaginário

fotolitos e impressão

Tipografia da Associação

dos Deficientes das Forças Armadas

depósito legal

Nº 74 186/94

ISSN 1645-068X

tiragem

1500 ex.

## LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

# O IAC MAIS UMA VEZ DE PARABÉNS

No passado dia 8 de setembro foi publicada a Lei nº 142/2015, que procedeu a um conjunto de alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, algumas da maior importância e significado e que vinham sendo preconizadas pelo Instituto de Apoio à Criança.

Na verdade, há muito que o IAC vinha defendendo a necessidade da consagração legal expressa do direito da criança à preservação das suas ligações psicológicas profundas como forma de mais adequadamente densificar o conceito, obviamente abstrato, de interesse superior da criança.

Em maio de 2008, o IAC entregou na Assembleia da República um documento em que pedia a introdução desse princípio orientador na Lei de Proteção.

Manuela Eanes empenhou-se muito nesta reivindicação, que se lhe afigurou muito justa e necessária. Contactou centenas de pessoas da maior credibilidade e autoridade moral e o documento foi entregue no Parlamento com mais de três centenas de assinaturas.

O tempo foi passando e mais recentemente, no Parecer que enviámos à Comissão presidida por Maia Neto, encarregada da revisão da Lei, mais uma vez o IAC salientou a necessidade dessa alteração, bem assim como a que se refere à exigência de reserva do Tribunal em casos de abusos sexuais de criança, em que o suspeito dos crimes seja precisamente quem teria legitimidade para prestar o consentimento.

É pois com grande satisfação que finalmente vemos as nossas propostas consagradas na lei.

O primado da continuidade das relações psicológicas profundas, incluído agora nos Princípios Orientadores da Intervenção, vai ter consequências relevantes, visto que, por

força do artº 4º da Lei nº 141/2015, publicada no mesmo dia 8 de setembro, também é aplicável aos Processos Tutelares Cíveis, designadamente às ações sobre responsabilidades parentais.

Num momento em que sabemos que por vezes se substitui o princípio da pessoa primária de referência, por causa do alegado síndrome da alienação parental, estou convicta que o critério legal agora expressamente consagrado obviará a essa verdadeira tentação que, creio, consiste em decidir problemas complexos de forma fácil.

Mas não é só o IAC que está de parabéns. No início de 1989, o Boletim nº 6 do Instituto de Apoio à Criança anunciava a Convenção sobre os Direitos da Criança, num Editorial de Aurora Fonseca, saudosa jurista fundadora do IAC. No interior, um artigo histórico de Armando Leandro, com extratos da sua comunicação em Setembro de 1988, num encontro no Centro de Estudos Judiciários em que foi feita uma consulta aos Países de Língua Portuguesa sobre o Projeto da Convenção.

Nesse texto, que me acompanhou ao longo de 26 anos, Armando Leandro, então diretor do Centro de Estudos Judiciários, e ilustre membro do Conselho Técnico do IAC, exigia o “reconhecimento na lei de direitos próprios da Criança, definitivamente considerada como sujeito autónomo de direitos”, designadamente, “o direito ao respeito pelas suas ligações psicológicas profundas e pela continuidade das relações afetivas gratificantes e de seu interesse”.

Por isso, é de inteira justiça, partilhar com ele mais esta vitória.

A Convenção sobre os Direitos da Criança já fez 25 anos. Era tempo de ver este Direito tão importante consagrado expressamente na Lei.

DULCE ROCHA

# PRÉMIO DO CIDADÃO EUROPEU

**M**anuela Eanes, presidente do Instituto de Apoio à Criança, foi distinguida com o Prémio do Cidadão Europeu, pelo Parlamento Europeu. O Prémio do Cidadão Europeu foi criado em 2008 e é atribuído anualmente, visando reconhecer cidadãos, grupos,

associações ou organizações que promovam uma maior integração dos cidadãos europeus, cooperação e compreensão entre os povos dos Estados Membros, no âmbito dos valores consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Na edição de 2015, em Por-

tugal foram igualmente distinguidos com o Prémio do Cidadão Europeu o professor Mário Ruivo e o Instituto Marquês do Valle Flôr. A cerimónia pública de entrega do Prémio teve lugar no dia 4 de setembro no Centro Europeu Jean Monnet.

SOS-CRIANÇA

## LINHA 116000 SOS CRIANÇA DESAPARECIDA

**E**m setembro de 2001 o Conselho de Ministros da Justiça e Assuntos Internos da União Europeia adotou a Resolução relativa à contribuição da sociedade civil para a procura de crianças desaparecidas e exploradas sexualmente.

Quando se fala em crianças desaparecidas está-se a falar de:

Fuga; Rapto Parental; Rapto efetuado por terceiros; Perdidas e/ou feridas e em Crianças Migrantes não

acompanhadas.

O número Europeu 116000 foi atribuído ao Instituto de Apoio à Criança, por despacho ministerial do Ministério da Administração Interna em agosto de 2007.

O número gratuito 116000 para Crianças Desaparecidas começou a funcionar em Portugal em 2008 substituindo o número que fora criado para o efeito pelo IAC em 25 de maio de 2004.

OBJETIVOS DA LINHA EUROPEIA 116000

- Atender 24h/24h/365dias/ano chamadas de quem quer comunicar o desaparecimento de crianças.
- Oferecer orientação e apoio às crianças e pessoas responsáveis pelas crianças desaparecidas
- Dar apoio psicológico, jurídico e social.
- Apoiar investigações.

## HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA

### A HUMANIZAÇÃO DA SALA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

**C**umprindo o Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Apoio à Criança e a Polícia Judiciária (PJ), a equipa do Setor da Humanização e voluntários da Associação Bairro do Amor transformaram as paredes da sala de acolhimento das crianças vítimas de crimes sexuais da PJ.

No lugar do laranja e verde fluorescentes, tons de azul e ilustrações deram nova vida a um espaço que infelizmente precisa de existir. O empenho foi tal que não faltou a colaboração de alguns elementos da PJ que de pincel em riste deram o seu contributo para uma causa que é de todos nós.

Segue-se a decoração da sala

que, para já, conta com material lúdico novo, angariado pelo Setor da Actividade Lúdica.

Agradecemos a colaboração de todos os envolvidos neste projeto.

VERA ABECASIS





SEMINÁRIO ANUAL EM BRAGA

# A MAIORIDADE DE UMA REDE – PARADIGMA DO PRESENTE, PERSPETIVAS DE FUTURO

*Para fazermos parte de uma rede, não podemos ter medo de dar!*

MANUEL ARAÚJO

O Seminário Anual da Rede Construir Juntos (RCJ), com o título “A Maioridade de uma Rede – Paradigma do Presente, Perspetivas de Futuro”, decorreu em Braga, no dia 8 de setembro, organizado pelo IAC em colaboração com o Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA), instituição parceira desta Rede.

A RCJ, que este ano completa 18 anos, é uma rede informal que congrega atualmente um número considerável de instituições, a nível nacional, com responsabilidade na área da Infância e da Juventude.

de Braga e José Ferreira, representante da União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João de Souto de Braga, fez-se uma contextualização da temática que iria ser abordada durante este encontro, tendo-se reforçado a importância do trabalho em rede.

No primeiro painel, Ivo Domingues, docente da UMinho, na sua comunicação “Grupos Sociais e Redes Sociais: da modernidade à pós-modernidade” salientou a importância da educação das crianças e jovens como uma via facilitadora para a mudança cultural e de mentalidades.

ça, nomeadamente os direitos de participação ativa e de cidadania e afirmou que “o direito de participação das crianças e dos jovens é estruturante”. Referiu ainda que, sendo as crianças seres muito vulneráveis, é tão importante a proteção como a prevenção, pelo que é desejável que as relações de afeto sejam privilegiadas nas decisões dos tribunais.

No segundo e terceiro painéis, foram apresentados alguns projetos inovadores de intervenção na comunidade, promovidos por diferentes Instituições parceiras da RCJ e tidos como exemplos de boas práticas.



SESSÃO DE ABERTURA

Neste encontro, participaram especialistas de diversas áreas, que, com os seus valiosos conhecimentos, muito contribuíram para o sucesso desta iniciativa.

Na sessão de abertura – que contou com a presença de Dulce Rocha, vice-presidente do IAC, Manuel Sarmiento, professor na Universidade do Minho (UMinho) e investigador do Centro de Investigação e Estudos sobre a Criança (CIEC), João Sousa, presidente do CCSSA, Firmino Marques, vice-presidente do Município

Natália Fernandes, docente da UMinho e investigadora do CIEC – debruçou-se sobre o tema “Crianças e Jovens: sujeitos ativos de Direitos? e Desafios para a Intervenção Social”, num discurso muito claro e facilmente acessível a todos, nomeadamente aos jovens presentes na audiência, com quem interagiu de forma dinâmica.

A terminar este painel, Dulce Rocha, ao abordar a temática “O Direito à Participação como Direito Fundamental”, apelou a todos para a defesa e promoção dos direitos da Criança

Maria Andresen, psicóloga do Gabinete de Intervenção em Saúde (GIS) da Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES), instituição que privilegia abordagens de intervenção em lares de infância e juventude, salientou a educação de pares e a formação a técnicos e cuidadores como sendo os pilares fundamentais do seu trabalho. Deste modo, destacou alguns projetos em curso destinados a crianças e jovens: “Chapéu-de-chuva”; “Contacto”; “Impacto”; e “Tudo aos Direitos”.

Manuel Araújo, presidente da Associação Mundos de Vida, na sua comunicação "Procuram-se abraços – pelo Direito a Crescer numa Família", deu ênfase à necessidade de as crianças crescerem no seio de uma Família, que no seu entender "é uma verdadeira escola de sentimentos". Entre outros projetos em que a instituição está envolvida, realizou o êxito da campanha "Missão Pijama", com projeção a nível nacional.

Rui Ramos, presidente da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), deu a conhecer as diferentes valências da instituição, nomeadamente o Centro de Emprego Protegido e as várias unidades de Reabilitação em Contexto Produtivo, sublinhando que "não precisamos de ser uma instituição, precisamos de ser um centro de recursos na comunidade". Salientou que muito do sucesso da intervenção da ARCIL se deve à extensa e empenhada rede de parceiros, valorizando assim a forte participação social da comunidade.

Pilar Ribeiro, membro da direção

da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), começou por fazer uma homenagem à mentora da RCJ, Adelina Odete Marques, que delineou, desde o início desta Rede, os princípios de cooperação institucional que norteiam esta tão importante e abrangente parceria. Apresentou os diferentes níveis de intervenção da instituição, com uma sólida implantação na cidade de Coimbra, realçando alguns dos muitos projetos nacionais e internacionais em que a APCC está envolvida.

No âmbito do Direito à Participação, foi dada voz aos jovens presentes no Intercâmbio da Rede Juvenil Crescer Juntos (RJCJ) dos Polos de Braga – CCSSA; do Porto – APDES; de Lisboa – IAC-Projecto Rua, Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e Associação Luís Pereira da Mota (ALPM); de Évora – Associação Chão dos Meninos e Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Montemor-o-Novo (CERCIMOR), e do Algarve, Lagos – Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos San-

tos (CASLAS).

Isabel Porto, técnica do IAC-Projecto Rua, apresentou uma comunicação intitulada "O nosso Mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro", onde evidenciou os aspetos positivos e negativos das novas tecnologias e a responsabilidade da sociedade em participar ativamente na construção de um futuro mais humanizado.

Os jovens partilharam as conclusões dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano no âmbito da temática "Cooperação para o Desenvolvimento", revelando-se muito informados e conscientes do seu dever de cidadania.

Em suma, este Seminário foi um espaço privilegiado de troca de experiências, aprofundamento de conhecimentos e divulgação de projetos inovadores de intervenção na comunidade. Sensibilizou-se ainda para a importância das parcerias e do trabalho em rede com vista ao desenvolvimento de competências de participação e de cidadania na sociedade em geral, mas sobretudo nos jovens que serão os adultos de amanhã.

## INTERCÂMBIO DA REDE JUVENIL CRESCER JUNTOS 2015

# CONVIVER E PARTICIPAR ATIVAMENTE EM SOCIEDADE

O Intercâmbio Anual de Crianças e Jovens da Rede Juvenil Crescer Juntos (RJCJ) decorreu, este ano, em Braga, de 6 a 9 de setembro, no Centro Cultural e Social de Santo Adrião.

Estiveram envolvidos 46 participantes – 32 crianças e jovens, acompanhados por 14 técnicos de instituições parceiras da RCJ: CCSSA, IAC-Fórum Construir Juntos, APDES, IAC-Projecto Rua, CESIS, ALPM, Associação Chão dos Meninos, CERCIMOR e CASLAS.

Procurando ir ao encontro dos objetivos principais desta iniciativa, este intercâmbio permitiu a partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas, assim como um salutar convívio entre todos os parti-

cipantes, com momentos de trabalho, lazer e de descontração. Durante estes dias, os jovens dos diferentes Polos, para além de terem preparado as comunicações que apresentaram no Seminário Anual da RCJ, tiveram a oportunidade de vivenciar experiências, para alguns únicas: viajar de avião e de metro, conhecer a monumental cidade de Braga, visitar



o Estádio Municipal e ainda o Teatro do Circo.

Foram quatro dias muito enriquecedores, repletos de atividades dinâmicas e muito positivas. O "lançamento de balões de ar quente" foi salientado como um dos momentos mais emotivos e memoráveis deste Intercâmbio. Paraphrasing one of the participants: "um balão por Polo, uma ideia brilhante nos céus de Braga!".

A RCJ agradece a prestimosa colaboração de todos os que possibilitaram a realização deste excelente encontro de jovens. Obrigada também ao CCSSA, pelo caloroso acolhimento, simpatia e profissionalismo!

# PARCERIA IAC-CENTROS DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE ESCOLAS

*(...) não podemos viver isolados porque as nossas vidas estão ligadas por mil laços invisíveis (...)*

*Herman Melville*

No âmbito do protocolo de parceria entre o IAC e os Centros de Formação das Associações de Escolas (CFAE) Novafoco (Cacém), Amadora, Calvet de Magalhães (Lisboa), o Centro de Recursos Educativos e Formativos (CREF) de Sesimbra e o Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra (CFAE SINTRA) foram realizadas, no ano letivo de 2014/15, treze ações de formação pra docentes e não docentes das escolas dos concelhos de Sintra, Lisboa, Amadora, Oeiras e Odivelas que abrangeram 370 professores, técnicos e assistentes técnicos e operacionais.

As ações foram dinamizadas por Cláudia Manata, Isabel Porto e Melanie Tavares do IAC e com a colaboração de Jorge Lemos, tendo sido apresentadas em diferentes formatos: curso (25 horas) acreditado pelo Conselho Científico- Pedagógico da Formação Contínua do Ministério da Educação e Ciência, *workshops* e ações de sensibilização. A temática abordada no curso para docentes foi sobre "Indisciplina, Bullying e Intervenção na Crise" e para os não docentes o curso incidiu sobre a sua formação, pessoal, ética, deontológica e sociocultural.

Estas ações de formação decorrem da necessidade, amplamente conhecida, de promover intervenções mais eficazes junto de crianças e jovens problemáticos em contexto escolar.

É sabido que os alunos, em ambiente escolar, apresentam determinado tipo de problemas relacionados com a indisciplina e comportamentos desadequados que, associados às dificuldades dos profissionais, docentes e não docentes, em lidar com estas situações, provocam indisciplina, desinteresse pelas aulas, desmotivação

e um absentismo escolar crescente.

Cabe reconhecer que, em Portugal, nos últimos anos, os comportamentos de violência na escola têm vindo a aumentar, inserindo-se no contexto específico da relação com os pares. Quando essa relação se caracteriza por interações agressivas, sistemáticas e implicando desigualdade de poder entre os alunos – *bullying* – torna-se necessário fazer algo com os alunos e as suas famílias e com as escolas.

Os professores apresentam cada vez mais dificuldades em lidar com estes jovens e, conseqüentemente, maior dificuldade ao nível da aplicação dos programas educativos.

Neste quadro, as ações de formação visam apresentar ferramentas fundamentais para auxiliar os professores a lidar com as dificuldades sentidas não só na sala de aula, mas em todo o contexto escolar.

Mas o professor não lida apenas com os alunos. Ele está numa comunidade educativa integrada por vários parceiros. Por isso, o sucesso do seu trabalho depende também da capacidade de diálogo com os colegas, com outros intervenientes no processo educativo, designadamente assistentes técnicos e operacionais, técnicos de educação e pais.

A avaliação das ações pelos formandos foi muito positiva, enquadrando-se na qualificação de Muito Bom e Excelente (obteve-se a classificação média de 4,7 numa escala de 1 a 5, em que 1 correspondia a uma classificação mínima e 5 correspondia a uma classificação máxima).

Os formandos, na sua apreciação, consideraram as sessões formativas dinâmicas e motivadoras, tendo sido dado especial ênfase aos seguintes aspetos: muito bom relacionamento formandos/formadores, domínio da

temática pelos formadores, criação de um clima propício à partilha de experiências e à exposição de dúvidas, desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento sobre a temática e autorreflexão sobre as práticas pedagógicas. As ações foram ao encontro das expectativas e das necessidades dos formandos, tendo proporcionado a concretização de aprendizagens no que respeita às boas práticas de prevenção das situações de indisciplina e Bullying.

Testemunhos dos formandos:

"Todos os temas e jogos realizados foram escolhidos criteriosamente, indo de encontro à nossa realidade, apresentando estratégias possíveis de realmente aplicar com os alunos com que me deparo e não utópicas ou demasiado teorizadas, o que nos motivou a refletir sobre as nossas práticas" (Miguel Branco).

"As temáticas trabalhadas foram de uma enorme pertinência para o momento atual que as escolas vivem, pois só estudando as várias formas de tratar a indisciplina e o *bullying* em contexto escolar é que poderemos encontrar uma alternativa forte e viável para a diminuição da violência nas escolas" (Filipe Furtado).

"De todas as atividades práticas desenvolvidas gostaria de salientar o jogo de equipas em que uma (a minha), sem o conhecimento dos participantes, foi intencionalmente pressionada de forma dura pelas formadoras. Foi uma excelente forma de nos levar a sentir algo semelhante ao que os alunos sentem nestas situações. Levou-nos a colocar no papel deles" (Soraia Guimarães).

"Considero que a ação foi de encontro às minhas expectativas, podendo mesmo afirmar que as superou, sendo o balanço final extremamente positivo"

(Alexandra Neto).

"As pistas que nos foram apresentadas permitirão adequar a minha ação e encarar os problemas de uma forma mais eficaz" (Margarida Martins).

"De uma forma bem-disposta e

com sentido de humor, a formadora conseguiu introduzir diferentes perspetivas de avaliação e análise, abrindo-me a mente para situações para as quais não estava minimamente desperta" (Fátima Lopes).

"A Ação suscitou a vontade de ul-

trapassar barreiras que nos impomos ou que nos são impostas pelo atual contexto escolar e refletir sobre a minha própria prática pedagógica, procurando uma melhoria constante" (Jorge Avelar)

CLÁUDIA MANATA

## CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

CAMPANHA DE FINANCIAMENTO COLABORATIVO (CROWDFUNDING)

# AGENDA IAC 2016 – PELA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Entre 4 de setembro e 3 de novembro decorre uma campanha de financiamento colaborativo através da plataforma online PPL (uma plataforma portuguesa que permite a angariação de fundos de uma forma transparente e simples), que se destina à produção da Agenda IAC 2016. A Agenda do IAC 2016 não é uma agenda como as outras: é uma agenda útil e pedagógica, pois, para além de permitir lembrar tarefas futuras, anotar compromissos, escrever listas, planear o dia, a semana e o mês, registar ideias ou lembrar datas especiais, contém dicas de segurança sobre a utilização da internet, a proteção da imagem, o *cyberbullying*, sugestões de hábitos de conduta livres de riscos e prevenção de abusos sobre a criança. A abordagem destas temáticas e respetivas dicas de segurança serão complementadas por jogos lúdico-pedagógicos. A par desta vertente pedagógica,

a Agenda IAC 2016 proporciona agradáveis momentos de leitura através de maravilhosos poemas e contos da autoria de escritores portugueses como Alice Cardoso, António Torrado, José Fanha, Fernando Cardoso, Luísa Ducla Soares, Margarida Fonseca Santos, Raquel Palermo, Sara Rodi e Sílvia Alves. Cada mês apresenta um poema ou um conto alusivo à Criança. As ilustrações são criadas a partir dos desenhos das crianças apoiadas pelo IAC.

Esta Agenda destina-se a crianças, jovens, pais, avós, educadores,

responsáveis de instituições que trabalham com crianças, entre outros, e estará disponível para aquisição a partir de 7 de novembro.

As verbas auferidas com a posterior venda da Agenda IAC 2016 serão canalizadas para o desenvolvimento de novos projetos ligados à prevenção de situações de violência entre os jovens, nomeadamente do *cyberbullying*, cujas estatísticas nacionais apontam para um aumento significativo deste tipo de violência. Por outro lado, as denúncias sobre violência juvenil, feitas através da Linha SOS-Criança do IAC, têm preocupado profundamente a instituição, que, apesar dos seus poucos recursos, procura dar resposta a todas as situações que lhe são apresentadas.

Pode obter esclarecimentos adicionais através do telefone 213 617 884-Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança (CEDI) do IAC.

IAC-CEDI



## I A C P R E S E N T E E M É D I A

### IAC PRESENTE

- No mês de Julho, na Junta de Freguesia da Encosta do Sol, Luísa Moniz apresentou o SOS-Criança e o IAC, com o Projeto "Bom dia, SOS-Criança".
- O livro *Menino como eu* esteve presente na Feira do Livro contribuindo para a divulgação do IAC/SOS-Criança.

### IAC MÉDIA

- Entrevistas: Dulce Rocha ao *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 127, junho 2015; Melanie Tavares, revista *Sábado*, 2 de julho; Manuel Coutinho, ao programa da RTP1 Linha da Frente – "Anjos sem guarda", 4 de julho; Ana Sotto-Mayor, ao programa da TVI "A Tarde é Sua", 21 de agosto; Dulce Rocha, ao *Observador*, 31 agosto; Marta Rosa ao programa "Rua Segura" da CMTV, 3 de setembro, Cláudia Manata, à Revista do *Expresso*, 26-9. A propósito do Prémio do Parlamento Europeu, Manuela Eanes, no Site do Parlamento Europeu Gabinete de Informação em Portugal, 3 de setembro, ao *Expresso*, 4-9, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*, 5-9, *Correio da Manhã*, 13-9 e *Lux* 14-9.



# MUNDIALIZEMOS A SOLIDARIEDADE!

A Associação Secours Populaire Français celebrou os 70 anos em agosto, mas quem recebeu o presente foi um grupo de cerca de 7000 crianças oriundas de



todo o território francês e de 70 países espalhados pelo mundo.

Sob o alto patrocínio da UNESCO e com o apoio dos muitos voluntários e membros do Secours, foi possível, uma vez mais, dar corpo à iniciativa Copains du Monde, que tem como objetivo proporcionar a crianças que vivem em condições, por vezes, humana e socialmente adversas, a oportunidade de experienciarem momentos únicos e inesquecíveis, mas também de desenvolverem o espírito de solidariedade entre elas.

A 10 de agosto, um grupo de 8 crianças com idades entre os 8 e os 12 anos acompanhadas por 3 técnicos do Projecto Rua rumaram à cidade da Luz – Paris para umas mini-férias repletas de animação, atividades desportivas e culturais, e naturalmente muita alegria e emoção. Foram 10 dias de intensa atividade e nem o cansaço próprio de quem quer aproveitar todos os minutos parecia esmorecer o grupo. Merci amis du Secour!!

PAULA PAÇO

## ACTIVIDADE LÚDICA

# REUNIÃO DO GRUPO EUROPEU DE LUDOTECAS EM GENEBRA

O Grupo Europeu de Ludotecas (ETL) realizou a sua reunião anual em Genebra. Membros da Bélgica, Dinamarca, Escócia, França, Grécia, Itália, Holanda, Suíça, Turquia e Portugal, sempre representado pelo Sector da

Actividade Lúdica do IAC, discutiram diversas questões relativas aos desafios atuais para as ludotecas. Entre elas, destacamos: que lugar para os jogos eletrónicos nas ludotecas; o papel das ludotecas enquanto espaços de inclusão e integração para

refugiados e imigrantes e as mudanças demográficas que levam a que a população esteja mais envelhecida.

A próxima reunião será em Bruges, na Bélgica, em Abril de 2016.

ANA LOURENÇO

# IAC MEMBRO DA PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

A crise humanitária que se vive com milhares de homens, mulheres, idosos e crianças a procurarem refúgio no continente europeu não deixou a sociedade civil portuguesa indiferente.

Várias instituições portuguesas ligadas aos direitos humanos juntaram-se para criar uma Plataforma de Apoio aos Refugiados – a PAR – sendo o IAC uma das instituições fundadoras.

Os Direitos das Crianças tal como defendemos começaram a ser debatidos no pós-guerra, numa época também ela difícil para as crianças, onde infâncias foram privadas de direitos básicos. Hoje assistimos a dramas semelhantes e, tal como na época dos refugiados da Bósnia, o IAC disponibiliza todos os seus conhecimentos e meios para defender os Direitos da Criança consagrados na Convenção.

Como ocorreu nos anos 90 com as crianças refugiadas da Bósnia, o Sector da Actividade Lúdica fará de interlocutor com a Ludotecas nacionais para facilitar a adaptação das crianças e a sua integração na comunidade. Novos desafios aparecerão e em todas as frentes. O nosso compromisso mantém-se: Defender os Direitos das Crianças.

MARTA ROSA

